



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2020
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 069/2020
PROCESSO LICITATORIO Nº 085/2020
PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 042/2020

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.928.483/0001-29, com sede administrativa na Praça Olímpio Campos, 128 – Centro - São João da Ponte - MG, CEP: 39.430 -00, neste ato representado pelo Prefeito o Sr. **Danilo Wagner Veloso**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Honorato Campos, 133 - Centro em São João da Ponte - MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 776.042.026-91, portador da cédula de identidade nº MG 11998234 SSP-MG e Sr. **Marcos Paulo Campos Costa**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Julião Abreu, 346 – Bairro das Pedras em São João da Ponte - MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.725.746-98, portador da cédula de identidade nº MG 5.958.060 SSP-MG, doravante denominada **Município** e a empresa abaixo relacionada, representada na forma de seu estatuto social, em ordem de preferência por classificação, doravante denominada **DETENTORA**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Estadual 14167 de 10 de janeiro de 2002, Decreto Estadual 42.408 de 08 de março de 2002, Decreto Estadual 43.653 de 12/11/2003, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

DETENTORA: NATALIA DISTRIBUIDORA LTDA - ME

Endereço: Rua Eulidson Novais, nº 460, Bairro Vera Cruz, Montes Claros – MG

CNPJ: 04.930.131/0001-29

Representante Legal: Rosângela Marques Lima Bulhões

CPF: 006.715.756-43

Endereço: Rua: Luiz Camões, nº 413, Planalto, Montes Claros/MG

DESCRIÇÃO DOS ITENS:

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	V. Unit	V. Total
01	360	UND	ACIDO MURIATICO EMBALAGEM DE 1 LITRO REGISTRO NA ANVISA OU MINISTERIO DA SAUDE.	CLARIX	R\$4,50	R\$1.620,00
02	100	UND	ÁGUA SANITÁRIA EMBALAGEM DE 1 LITRO, REGISTRO NA ANVISA OU MINISTERIO DA SAUDE.	CLASSIC	R\$1,90	R\$190,00
03	30	UND	AMACIANTE PARA ROUPAS E TECIDOS HOSPITALARES Á BASE CLORETO DE DISTERAIL, DIMETIL, AMONIO, ACIDIFICANTE, ESPESSANTE, CORANTE, ESSÊNCIA, CONSERVANTE E ÁGUA, EMBALAGEM 20 KG, REGISTRO NA ANVISA OU MINISTERIO DA SAUDE.	QUALYTECH SOFT – UNIJOHN	R\$140,00	R\$4.200,00
04	60	GALÃO	DESIFETANTE DE USO GERAL A BASE DE QUATERNARIO DE AMONIO-DILUIÇÃO 1/200L LAVANDA. EFICÁCIA COMPROVADA ATRAVÉS DE ENSAIOS REALIZADOS POR LABORATÓRIOS CREDENCIADOS A REBLAS, CONFORME RDC N°14/07 DA ANVISA, ATIVIDADE CONTRA AS BACTERIAS STRAPHYLOCOCUS AUREAS, SALMONELLA CHOLERAESUIS ESCHERICHIA COLI E PSEDODOMONAS AERUGINOSA, EMBALAGEM DE 5 LITROS REGISTRO NA ANVISA OU MINISTERIO DA SAUDE.	MIRAX AD - RENKO	R\$69,00	R\$4.140,00
05	100	GALÃO	DESIFETANTE DE USO HOSPITALAR A BASE DE QUATERNARIO DE AMONIO-DILUIÇÃO 1/200L SEM PERFUME EMBALAGEM DE 5 LITROS. EFICÁCIA COMPROVADA ATRAVÉS DE ENSAIOS REALIZADOS POR LABORATÓRIOS CREDENCIADOS A REBLAS, CONFORME RDC N°14/07 DA ANVISA, ATIVIDADE CONTRA	MIRAX S - RENKO	R\$98,00	R\$9.800,00

			AS BACTERIAS STRAPHYLOCOCUS AUREAS, SALMONELLA CHOLERAESUIS ESCHERICHIA COLI E PSEDODOMONAS AERUGINOSA, REGISTRO NA ANVISA OU MINISTERIO DA SAÚDE.			
06	30	UND	DESIFETANTE PARA ROUPAS HOSPITALARES 20KG, COMPOSTA DE ÁCIDO TRCILOROISOCIANU - RICO 15%, ADJUVANTE, COADJUVANTE E CARGA COM AÇÃO BACTERICIDA: STAPHYLOCOCUS AUREUS, PSEUDOMONAS AERUGINOSA, SALMONELLA, CHOLERAESUIS, REGISTRO NA ANVISA OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	GERMCLOR - UNIJOHN	R\$425,00	R\$12.750,00
07	24	UND	DETERGENTE CLORADO CONCENTRADO DILUIÇÃO 1/100, GEL EMBALAGEM DE 5 LTS. REGISTRO NA ANVISSA OU MINISTERIO DA SAÚDE, EFICACIA COMPROVADA ATRAVES DE ENSAIOS, CONFORM RDC N° 14/07 DA AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA/MS), BACTÉRIAS TESTADAS: STAPHYLOCOCUS AUREUS, SALMONELLA CHOLERAESUIS, ESCHERICHIA COLI E PSEUDOMONAS AERUGINOSA.	CHEF CLOR - RENKO	R\$49,00	R\$1.176,00
08	30	UND	DETERGENTE EM PÓ PARA LAVAR ROUPAS HOSPITALARES, COMPOSTO EM METASSILICATO DE SÓDIO, TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO, DODECILBENZENOSULFONATO DE SÓDIO, CARBONATO DE SÓDIO, BRANQUEADOR ÓTICO E PIGMENTO AZUL, EMBALAGEM COM 20 KILOS. REGISTRO NA ANVISA OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	QUALYTEX - UNIJOHN	R\$320,00	R\$9.600,00
09	200	GALÃO	DETERGENTE NEUTRO LAVA LOUÇA EMBALAGEM DE 5	CLASSIC	R\$15,00	R\$3.000,00

			LITROS, REGISTRO NA ANVISA OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.			
10	30	UND	DETERGENTE UMECTANTE COM CONCENTRAÇÃO 3 GRP/KG ROUPA SECA, EM PASTA, PARA LAVAR ROUPAS HOSPITALARES, EMBALAGEM 20 KG, REGISTRO NA ANVISA OU NOTIFICAÇÃO NO MINISTERIO DA SAUDE.	QUALYTECH PASTA – UNIJOHN	R\$170,00	R\$5.100,00
12	200	GALÃO	HIPOCLORITO DE SÓDIO A 1% EMBALAGEM DE 5 LITROS, REGISTRO NA ANVISA OU MINISTERIO DA SAÚDE.	START	R\$9,00	R\$1.800,00
13	100	UND	HIPOCLORITO DE SÓDIO A 12% EMBALAGEM DE 5 LITROS, REGISTRO NA ANVISA OU MINISTERIO DA SAÚDE.	USE	R\$33,00	R\$3.300,00
14	100	GALÃO	LIMPADOR DE USO GERAL A BASE DE PEROXIDO DE HIDROGENO- DILUIÇÃO DE 1/200L, REGISTRO NA ANVISA OU MINISTERIO DA SAÚDE.	KLYO OXY – RENKO	R\$45,00	R\$4.500,00
15	30	UND	NEUTRALIZADOR DE RESÍDUOS ALCALINO EMBALAGEM 20 KG- COMPOSIÇÃO: ACIDIFICANTE E CARGA, REGISTRO NA ANVISA OU MINISTERIO DA SAÚDE.	QUALYTECH SOUR – UNIJOHN	R\$350,00	R\$10.500,00
16	600	UND	SABÃO EM BARRA UNIDADES DE 200 GRAMAS.	CLASSIC	R\$1,30	R\$780,00
17	240	UNID	SABÃO EM PÓ EMBALAGEM DE 1 KG.	CLASSIC	R\$5,00	R\$1.200,00
18	200	UND	SABONENTE LIQUIDO EMBALAGEM DE 5 LITROS, ERVA DOCE, COM AGENTE UMECTANTE, REGISTRO NA ANVISA OU MINISTERIO DA SAÚDE.	ACTIVE POP - UNIJOHN	R\$17,90	R\$3.580,00
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 77.236,00 (SETENTA E SETE MIL DUZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS).						

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Registro de Preço para futura e eventual contratação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou equiparadas na forma da Lei LC 123/2006, **para fornecimento de materiais de Limpeza, Utensílios**

domésticos, produtos para higienização e outros, a fim de atender as demandas das Unidades de Saúde do Município, especialmente o Hospital Municipal São Geraldo nas ações de enfrentamento da pandemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente coronavírus, a fim de estruturar e traçar estratégias de prevenção ao contágio da covid-19 e outras, de forma parcelada, conforme o termo de referênci a.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.2 A futura Ata de Registro de Preços não poderá sob hipótese alguma ser prorrogada.

CLAUSULA TERCEIRA - REVISÃO E CANCELAMENTO

3.1 A Administração Pública realizará pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração Pública promover as negociações junto aos fornecedores.

3.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração Pública convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.5.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

3.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

3.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

3.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública, sem justificativa aceitável;

3.7.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

3.7.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

3.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 3.7.1, 3.7.2 e 3.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

3.9.1 por razão de interesse público; ou

3.9.2 a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1. Cumprir fielmente todas as condições estipuladas no Termo de Referência, de forma que o objeto licitado seja executado de acordo com as informações apresentadas, sob pena de multa de até 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

4.2. Indenizar o Município por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do objeto, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

4.3. Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e /ou ações judiciais e/ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, em decorrência do objeto do presente termo contra a Prefeitura Municipal;

4.4. Cumprir os prazos previstos neste Termo de Referência.

4.1. Contratar com a Prefeitura, nas condições previstas no edital do PREGÃO PRESENCIAL – SRP nº 042/2020, e o preço registrado nesta Ata, os materiais objeto deste ajuste.

4.2. Manter, durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

5.1. Indicar Comissão de Fiscalização e Recebimento, responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.

5.2. Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento dos serviços.

5.3 Efetuar os devidos pagamentos de acordo ao estabelecido no Instrumento Convocatório.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Dos preços

6.1.1. O contratante pagará ao contratado, a importância total estimada de **R\$77.236,00 (SETENTA E SETE MIL DUZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS)**, correspondente à aquisição dos produtos/mercadorias, objeto em conformidade com o descrito na cláusula primeira desta ata.

6.1.2. Os preços referidos de preços incluem todos os custos e benefícios decorrentes da prestação de serviços do objeto de modo à constituírem a unitotal contraprestação pela execução da ata de contrato.

6.1.3. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dias do mês subsequente, contados da data do Atestado de Recebimento, diretamente no Banco do Brasil, em conta corrente da Contratada, acompanhada também da sua regularidade fiscal e trabalhista.

CLÁUSULA SÉTIMA - SANÇÕES

7.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços e aos contratos decorrentes as sanções estipuladas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei Federal 8.666, de 13 de junho de 1993, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e criminais.

7.2. A aplicação de multa na infringência ao disposto nos artigos 81, 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93 obedecerá ao disposto nesta Cláusula.

7.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o as seguintes penalidades:

7.3.1. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

7.3.2. Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

7.4. O atraso injustificado na execução do contrato, a saber o atraso na execução dos serviços, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

7.4.1. Multa de 10% (dez por cento) até o 30º (trigésimo) dia de atraso; e

7.4.2. Multa de 15% (quinze por cento) a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso.

Parágrafo único - A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos no edital ou contrato, sujeitando-se à aplicação da multa prevista na Cláusula 5.5 desta ARP.

7.5. Pela inexecução total ou parcial da entrega poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:

7.5.1. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

7.5.2. Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

7.6. O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração do Município, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.

Parágrafo único - A não ocorrência de substituição dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista na Cláusula 5.5 desta ARP, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia

útil seguinte ao término do prazo estabelecido no "caput" desta Cláusula.

7.7. O pedido de prorrogação de prazo para entrega de material somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente ou conforme consta do Edital.

7.8. As multas referidas nesta ARP não impedem a aplicação de outras sanções previstas nas Leis 8.666/93 e 10.520/02.

7.8.1. Verificado que a obrigação foi cumprida com atraso injustificado ou caracterizada a inexecução parcial, o Município reterá, preventivamente, o valor da multa dos eventuais créditos que a contratada tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.

7.8.2. Caso a contratada tenha prestado garantia, e esta for insuficiente para cobrir o valor da multa, será retida a diferença, nos termos disciplinados no parágrafo anterior.

7.8.3. Se a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA decidir pela não aplicação da multa, o valor retido será devolvido à contratada devidamente corrigido pelo IPC-FIPE.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Consideram-se partes integrantes deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o edital do PREGÃO PRESENCIAL – SRP n° 042/2020 com seus Anexos e a proposta da DETENTORA;

8.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública firmar as contratações que deles poderão advir.

CLÁUSULA NONA - FORO

9.1. O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro da Comarca de São João da Ponte, Estado de Minas Gerais.

9.2. Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

São João da Ponte - MG, 01 de Setembro de 2020.

Danilo Wagner Veloso



Prefeito Municipal

Marcos Paulo Campos Costa
Secretario Municipal de Saúde

Representante legal: Rosângela Marques Lima Bulhões

CPF: 006.715.756-43

Razão Social: NATALIA DISTRIBUIDORA LTDA - ME

CNPJ: 04.930.131/0001-29

Testemunhas:

Nome:

RG n°:

Nome:

RG n°: